

Emmanuel Antonio dos Santos

Orientadora:

Profa. Dra. Miranda Maria E. Martinelli Magnoli

P

OR *Que* PLANEJAR  
COM A PAISAGEM

## RESUMO

A efetiva e concreta incorporação dos elementos do meio natural ou com relativo grau de naturalza, no processo de pensar o planejamento urbano e de promover a urbanização, pode efetivamente contribuir para a obtenção de um meio urbano mais equilibrado, mais justo, mais diversificado no uso dos recursos da natureza dos/nos espaços, com paisagens mais integradas e integradoras e de maior qualidade de desenho dos espaços, especialmente aqueles de uso público. A paisagem pode contribuir com essa incorporação, como idéia – força central no planejamento, constituindo-se em um vetor da inclusão nos mais diversos níveis; um instrumento de compreensão dos processos de apropriação e transformação urbanos; e um fator de contribuição para a estruturação do espaço, na medida em que deixe de ser capítulo ou atividade de descrição ou técnica de embelezamento.

## ABSTRACT

The actual incorporation of natural elements, in a relatively congenial manner, in the urban planning process can provide a meaningful contribution towards a more balanced, reasonable and diversified urban landscape. This will result in a more diverse use of nature's assets in urban areas, producing harmonious and well-designed urban areas, particularly those used by the public. The landscape can become an urban integration element at the various levels: it can help understand how the different urban appropriation and transformation processes occur; or it can be a fundamental contributing factor in the building of urban spaces, rather than just an addendum, a description or an embellishment technique.

Planejar a ocupação e os usos dos solos encerra um grau de complexidade tal que não se pode falar de uma única questão a ser equacionada, mas sim de um conjunto de questões das mais diversas ordens. Essas questões se referem de uma maneira bem genérica a todas aquelas ações que se realizam e distribuem-se no espaço, contribuindo para sua construção e transformação constantes. Dizem respeito mais especificamente aos modos de uso e ocupação dos espaços, de como eles são usados e com qual intensidade, por quem são usados e para quais finalidades, e quais as configurações que resultam dessas peculiaridades de uso e ocupação, seja no tocante à sua distribuição e localização, seja em relação às formas que adquirem.

Da gama variada de formas de intervenção no território e, em especial, nas áreas urbanas que se desenvolveram no Brasil, o plano diretor, para o bem e para o mal, acabou constituindo-se na maneira preferencial adotada como modo de se “fazer” planejamento urbano pelo poder público.

Como forma de organizar a distribuição e localização das atividades e das gentes para um bem viver, adotaram-se ao logo do tempo as mais variadas propostas, segundo os mais diversos espectros ideológicos. Planos e projetos de ordenamento territorial foram e ainda são desenvolvidos e implementados em parte ou no todo. Uns mais identificados com o embelezamento e o saneamento, outros, com a reorganização da sociedade em bases mais igualitárias, ou mais identificados com proposições de convivência integrada com a natureza, e até mesmo buscando a maior rentabilidade proveniente das melhores vantagens relativas. É de notar-se, quaisquer que sejam suas vertentes teóricas e conceituais, a busca por uma sociedade mais integrada com o meio natural, mais bela e justa, esteja sempre presente, mesmo que no âmbito das proposições isso se perca.

É necessário reconhecer as múltiplas peculiaridades envolvidas no processo de construção do espaço, para escolher uma estratégia que atenda aos objetivos previamente selecionados quando da execução dos planos, desde que, ao estabelecer tanto os objetivos a serem atingidos quanto – e principalmente – os pressupostos teóricos e conceituais com os quais se trabalha durante o processo de sua elaboração, não é só o objetivo a ser atingido que importa, mas sobretudo importam os aspectos que estão sendo privilegiados, como isso acontece, a que tipo de fatores eles se referem, a seleção desses e não outros como preponderantes, e sua contribuição para com a configuração espacial a ser atingida. Os principais objetivos devem se constituir em um grande norte, de maneira que se tenha, a partir deste, oportunidade de estabelecer os “focos”, permitindo-se ajustes (como se faz com as lentes das câmaras fotográficas) tanto durante o processo de diagnóstico quanto dos prognósticos e proposições.

Para o plano territorial, em que se toma a paisagem como idéia – força central do planejamento por considerá-la um vetor da inclusão nos mais diversos níveis; um instrumento de compreensão dos processos de apropriação e transformação urbanos; e um fator de contribuição para a estruturação do espaço,

além de realizar as análises e fazer proposições, por meio dos aspectos relacionados com a paisagem e ambiente, deve-se ter claro que:

- um plano não se constitui em documento redentor dotado da mágica de solucionar os chamados problemas urbanos;
- um plano deve conter o maior grau de aproximação com a realidade física e social, evitando o discurso fácil da abstração;
- a paisagem como idéia-força central no planejamento requer diversas escalas.

Adotar a paisagem como o mote da questão requer formar outros procedimentos que não aqueles mais usuais com os quais se costuma trabalhar; o viés principal se refere a: atender à gama de configurações desejáveis, as alternativas de configuração para cada caso, e o que cada uma dessas configurações deve representar como oportunidade de obtenção de qualidade nos espaços, e utilizar-se dos instrumentos de regulação da ocupação e uso do solo urbano como ferramentas e estratégias para o desenho da urbanização; não fazer uso dos índices e das taxas de ocupação como possibilidades de maximização ordenada da ocupação e uso do solo que, normalmente, terminam por apresentar, quanto à apropriação dos espaços, morfologias conservadoras.

Desse modo se torna necessário identificar as configurações em seus aspectos constituintes, desde as escalas mais gerais até as escalas mais pontuais e/ou particulares, e privilegiar nas análises os aspectos mais específicos de configuração da paisagem. Não é o caso de detalhamentos simplistas, como poderia parecer e como, às vezes, é usual proceder, nos quais são apresentados cenários genéricos desejados, por meio de desenhos também genéricos.

A abordagem que estamos discutindo se refere, inclusive, a um intrincado inter-relacionamento entre os aspectos de limitações e potencialidades do território e as morfologias da urbanização que se pretende, seja em seus aspectos de uso e ocupação, seja em seus aspectos de distribuição e localização, e também das diversas escalas em que se deve trabalhar, tendo como objetivo a obtenção de um resultado imbricado no maior grau possível de aspectos considerados.

Ao proceder dessa maneira, coloca-se também em questão a escolha dos elementos que se deve utilizar como suporte para as análises, e a forma de utilizá-los. Quanto ao tipo, tem-se claro que os elementos mais usuais relacionados aos aspectos fisiográficos e da geomorfologia devem estar contemplados, até mesmo porque a urbanização se faz sobre o território, e é sobre ele e com ele – o território – que é travado o diálogo de como a urbanização se constitui e com quais fisionomias se apresenta. O modo de utilização desses elementos e o conseqüente tratamento necessário a eles se constitui no maior desafio. Aí reside parte do diferencial que pode ser impresso ao tratamento das questões de urbanização em plano, quanto à sua natureza, quanto às escalas de trabalho e quanto aos objetivos.

O viés predominante que possibilita essa mudança de enfoque é o do entendimento da urbanização a partir de percepção – formar idéia de; abranger com a inteligência; entender, compreender – de sua fisionomia e da leitura dos processos de apropriação social, usando a paisagem como meio preferencial de leitura das feições da urbanização como produto e meio de antropizações que se apropriam de suportes físicos.

### **UM PLANO NÃO SE CONSTITUI EM DOCUMENTO REDENTOR, DOTADO DA MÁGICA DE, SOZINHO, SOLUCIONAR OS CHAMADOS PROBLEMAS URBANOS**

Os chamados problemas urbanos podem ser caracterizados por diferentes disciplinas e enfoques; são multifacetados em modalidades que vão desde os fatos relacionados com as ciências sociais, médicas, econômicas, e tantas outras, até os aspectos que dizem respeito mais exclusivamente à configuração – forma, desenho – dos espaços. Esses aspectos, os últimos, por sua característica e possibilidade de determinação, são os que me parece mais interessarem ao arquiteto e urbanista, até por serem aqueles com os quais o arquiteto tem maior familiaridade por força de sua formação. Espera-se, portanto, seja da competência do arquiteto e do urbanista o estudo, o entendimento e a proposição das formas das ocupações espaciais urbanas, os quais podem ser genericamente entendidos como planos e desenhos de cidades, tomando-se como um compromisso e quase profissão de fé, por parte do arquiteto, o enfrentamento e a busca de soluções para a configuração das cidades.

Esses desenhos/projetos, no mais das vezes, refletem para o senso comum um ideal de belo, agradável, justo, e de qualidade de vida, conceitos estes nem sempre muito bem explicados ou entendidos, tanto para o senso comum como para aqueles que deles se apropriam, seja com o real intuito de buscar atender aos ideais aparentemente solicitados pela sociedade, seja para deles fazer uso como ideologia.

A fim de simplificar um pouco e procurando tornar mais claras as expressões utilizadas, adota-se o desenho da cidade como significando as feições das configurações do uso e da ocupação do espaço urbano, tanto em sua forma quanto em sua distribuição e localização, e utiliza-se a desgastada expressão plano/projeto como significando o conjunto normativo de estratégias e resoluções que têm por finalidade estabelecer o controle e o direcionamento da urbanização em um dado território, normalmente a cidade, e em alguns casos o município.

Os desenhos, como acima entendido, são, sem dúvida, mais do que simples configurações – são produto e meio de um processo de inter-relações entre as ações humanas e um dado meio físico e também das ações do homem sobre este meio físico já transformado por sua própria ação em diversos tempos e intensidades, isto

é, da transformação da forma urbana preexistente em um movimento constante e retroalimentador. Assim é possível, então, afirmar que os desenhos resultam em formas sempre em mutação no tempo e no espaço, correspondendo aos processos socioeconômicos sobre um determinado suporte físico.

Dos processos socioeconômicos que incidem e interagem com o meio físico, contribuindo para configurar um território e imprimindo com isto os desenhos, a maneira pela qual o espaço é apropriado para a realização das atividades humanas é o que mais adquire visibilidade, constituindo-se em um meio pelo qual se pode efetuar leituras que identifiquem os processos relacionados com a morfologia da ocupação urbana e sua vinculação com os aspectos de qualidade ambiental, permitindo também estudar os múltiplos desenhos e alternativas para as soluções.

## APROPRIAÇÕES E DESENHOS

Em nossas formações urbanas e, evidentemente, desde que a partir do processo deflagrado com a Lei de Terras em 1850 foi instituído o sistema de venda e compra, tornou-se prática parcelar o solo para obter dele o maior rendimento possível. É essa forma por excelência, o parcelamento das glebas na modalidade do loteamento e a conseqüente construção do tecido residencial e misto, que se constituiu no mecanismo mais direto e facilmente observável de produção da distribuição espacial da urbanização e, conseqüentemente, da maneira de apropriação do espaço formando seu desenho de fato.

Alguns dos parâmetros para proceder ao parcelamento e à demarcação constavam já no próprio corpo da Lei de Terras, referiam-se às dimensões mínimas adequadas, aos alinhamentos, determinando com muita precisão a geometria que preferencialmente deveria ser adotada para a subdivisão dos lotes, formando quadrados em ângulos retos sem qualquer comprometimento com as características próprias do meio físico, confirmando e reforçando os desenhos em quadriculado que já se faziam presentes nas vilas coloniais brasileiras. Essas indicações foram, posteriormente, detalhadas pelo decreto de regulamentação da Lei de Terras n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Extenso e minucioso, o decreto se propõe a cobrir todos os aspectos relacionados à medição, revalidação, venda e compra, regulamentando, em alguns casos, modalidades de uso e ocupação, o registro e até o padrão dos parcelamentos a serem adotados tanto para venda em bruto como em terras reservadas para colonização.

Exemplificam o tratamento dado aos padrões de parcelamento e as preocupações com as fisionomias que deveriam resultar, os capítulos II e VI desse decreto em que constam as configurações e dimensões dos lotes, confirmando a preferência pela geometria regular em quadrados perfeitos e as *“boas condições de alinhamento e a regularidade e formosura das povoações”* as quais se

encontram bem detalhadas, conforme os artigos 78 e 79 em que, constam do primeiro as diretrizes para o alinhamento e frentes de lotes, inclusive com relação às praças, e o segundo tratando da determinação de aplicação dos foros e laudêmios para a execução de calçamentos das ruas e seu *aformoseamento*, e de alguns equipamentos urbanos como chafarizes e aberturas de ruas.

A quadrícula em reticulado, com os lotes geometricamente alinhados, que se tornou padrão para a configuração do desenho do parcelamento rural em um primeiro momento e do tecido urbano depois, estava desde a Lei de Terras, agora detalhadamente por esse decreto, formal e legalmente instituída. Assim se pode afirmar que as indicações básicas de como deveria constituir-se o tecido das formações urbanas em nossa terra estavam dadas desde o final do Império perdurando, então, naquilo que possuem de mais essencial. De um lado, o desenho da subdivisão dos lotes em quadriláteros regulares e reproduzidos por repetição seguindo um alinhamento fixo e predeterminado, sem considerar as peculiaridades da morfologia de relevo e, de outro lado, a modalidade de venda e compra, constituindo-se a terra em propriedade particular a adquirir mais que valor de uso, valor de troca. Terra mercadoria, reforçando o papel do parcelamento das glebas na figura do loteamento como característica básica das intervenções humanas sobre o suporte, criando, a partir do uso e da ocupação subseqüentes, as feições das paisagens.

Embora não seja possível afirmar com segurança que esse tenha sido o objetivo fundamental das mudanças efetuadas com relação às características da propriedade e da aquisição de terras no Brasil, ao final do Império, é fato que essa nova modalidade de aquisição e transmissão ocorreria quando já se ensaiava o movimento abolicionista e o regime escravista tendia a declinar e mais tarde a desaparecer, liberando mão-de-obra antes escrava que viria a formar um grande contingente de novos candidatos ao trabalho livre e também prontos a constituir-se, com o tempo, em novos pequenos locatários ou proprietários.

Alia-se a isso a nascente sociedade urbano-industrial que se desenvolvia a passos largos na Europa e na América do Norte, a apropriação do espaço no meio urbano para o atendimento do crescente adensamento e da especialização das atividades que iam surgindo como resposta aos novos modos e meios de produção.

Essa nascente sociedade urbano-industrial, na qual os homens seriam livres e o aumento da urbanização, induziu um novo modo de habitar, trazendo consigo novos e mais especializados “problemas”: o adensamento, a necessidade de separação das águas servidas das utilizáveis, a organização das atividades produtivas, a crescente demanda por habitação e por espaços de uso público, e, fundamentalmente, todas as questões relacionadas com a higiene e a salubridade. Esses passaram a ser os problemas urbanos mais emergentes e que impulsionaram, com muita ênfase, a procura por soluções arquitetônicas e urbanísticas que respondessem com eficiência e eficácia.

## FORMULAÇÕES PARA A APROPRIAÇÃO

Nesse cenário de mudanças em que a transmissão do solo por parcelas promoveu um novo desenho e uma nova distribuição espacial das atividades aliado à urbanização crescente, agravando antigos problemas e criando outros – relacionados à higiene e à saúde; a urbanística, nova ciência, tomou para si a responsabilidade de apresentar essas respostas formulando parâmetros, indicadores, índices, métodos e conceitos como resultado dos estudos dos “problemas urbanos”. Sempre entendendo que caberia a si, e preponderantemente a si, como formuladora de planos/desenhos – o correto equacionamento e solução de todos os “problemas urbanos”. Segue-se daí um sem-número de proposições, referindo-se a um sem-número de escalas e de abrangências... “Os movimentos da urbanística moderna, iniciados no final do século passado, dão prova de que o controle da cidade passou a ter maior ‘urgência’ e mudança de significado em função das novas condições que a revolução industrial impõe. São as experiências urbanísticas dos Ingleses, Socialistas utópicos, os Socialistas científicos, os exemplos Americanos, os Modelos culturais franceses.” (SANTOS, 1993, p. 10)

A partir do início do século 19 as proposições se sofisticam e tornam-se cada vez mais especializadas, variando desde as formulações globalistas – o *comprehensive planning*, até aquelas segundo as quais se acreditou ser possível avançar por pequenas intervenções corretivas – os *incremental planning*, além daquelas com caráter de planejamento local técnico estruturalista, e muito recentemente as que enfatizam as questões da apropriação fundiária e o controle das densidades e da verticalização. Em cada uma dessas linhas, os primeiros de orientação mais norte-americana e os últimos com orientação mais européia, da teoria da regulação dos franceses, são privilegiados aspectos específicos que se relacionam estreitamente com as possibilidades de maximização dos usos e da ocupação, em consonância com os padrões e modalidades preexistentes do parcelamento e dos modos e meios de apropriação do solo.

Buscam, tanto uns quanto outros, a melhoria da eficiência do “funcionamento” urbano, incluindo-se aí a tão desejada redistribuição das vantagens urbanas representadas pelas melhores localizações relativas, pela acessibilidade à terra e, conseqüentemente, à moradia, além de um “desejado” padrão de ocupação que reflita a “qualidade de vida” e um mal explicado conceito de “qualidade ambiental”. Esses últimos se referindo quase exclusivamente a não-poluição das águas e do ar e à conservação da cobertura vegetal significativa, entenda-se as “matas”. Uma dualidade conceitual, desse modo, vai sendo aos poucos instaurada no pensamento urbanístico, em que se colocam, de um lado, as proposições globalizantes ou totalizantes e, de outro lado, as de intervenções pontuais segmentárias e dirigidas que propunham, cada uma a seu modo, as soluções definitivas, conforme bem descreve Cândido Malta (1992, p. 22):

*“... Os urbanistas políticos globalizantes iam traduzindo cada vez mais suas propostas em modelos de organização urbana, buscando o que supunham ser uma visão geral das questões urbanas através de planos de organização da estrutura e tecido físico da cidade como um todo: o Master Plan dos EUA e os planos diretores ou reguladores da tradição latina e brasileira. Com a imagem de uma cidade futura que, supostamente, seria organizada de uma forma perfeita, ou seja, com a imagem de uma cidade ideal definida para um ano meta, dez ou vinte anos no futuro, esses urbanistas seduziam boa parte da opinião pública. Essa sedução advinha do uso de imagens de um equilíbrio urbano, de uma cidade ideal, não limitada apenas aos aspectos físicos, mas que extrapolavam para aspectos humanos e sociais, prometendo uma vida mais feliz e equilibrada a partir de uma melhor organização física. Era como se os problemas sociais e humanos nas cidades decorressem apenas ou fundamentalmente dos problemas relativos à excessiva densidade populacional nos bairros centrais, do ambiente físico deteriorado, da poluição ambiental, etc.*

*Se os urbanistas políticos globalizantes tendem a um urbanismo com grande dose de ingenuidade, segundo a tradição do urbanismo utópico, os urbanistas técnico-setoriais, aliados aos políticos, agindo segmentariamente em uma dada estrutura administrativa governamental, também compartimentada, entram diretamente, sem rodeios, no jogo político da administração pública. Sua atuação dá-se então, muitas vezes, de modo a aumentar a participação relativa de um determinado setor público, como é o caso do setor viário ou do setor de serviços de urbanização, no que se refere ao valor dos investimentos a eles destinados. Outras vezes, agem no sentido de defender interesses imobiliários através do valor de troca do solo, seja pelos investimentos públicos, para isso judiciosamente localizados, seja pelas leis urbanísticas, manejadas convenientemente para isso...”*

Tanto uns quanto outros, cada um à sua maneira, apresentam-se como proposta de solução redentora e dotados da mágica de, sozinhos, solucionar os chamados problemas urbanos e mais do que tudo se propõem a solucionar “todos” os problemas urbanos, tomando como referencial e parâmetro os índices e as taxas como universais e cientificamente corretos e inquestionáveis, já que seriam tanto mais exatos quanto quer a ciência e tanto mais justos quanto querem os discursos sociopolíticos que lhes servem de ideologia. Seria de se esperar, então, que, dotados desse encantamento da ciência e da ideologia, tivessem realmente solucionado aquilo a que se propuseram.

De fato pode-se argumentar que cada uma dessas “correntes” permitiu a elaboração de planos que contiveram em seu escopo e projeto formulações que procuraram a solução para o problema da urbanização e, em alguns casos, fomentaram e permitiram um tipo de solução que poderia ser aquela realmente almejada, embora não claramente expressa. Fica, contudo, a pergunta: Por que, desse modo, esses vários planos, ou melhor, essas modalidades de planos, todos eles dotados daquele encantamento – capacidade, expressa no desejo, de



solucionar todos os problemas urbanos – não se mostraram capazes de realizar plenamente aquilo a que se propuseram?

Segundo Villaça (1999) e sua subdivisão da ação de planejamento no Brasil, de 1930 a 1990, em “três subperíodos: o do Urbanismo e do Plano Diretor (1930-1965), o dos Superplanos (1965-1971) e o do Plano sem Mapa (1971-1992)”, o problema que acabou por se evidenciar para cada um deles em sua aparente ineficácia está relacionado à sua utilização como ideologia que mascara propósitos muitas vezes inconfessáveis e, enfaticamente, da total ausência da participação das classes populares e da inexistência de estratégias e de políticas públicas como meio de promover, de modo eficaz, tanto sua elaboração quanto sua implementação.

Tem-se daí os primeiros como os de tradição embelezadora com as grandes obras de “melhoramentos” que responderam ao desejo das burguesias de aparentar-se com o mundo desenvolvido e que, de certa forma, se não foram de implementação completa ou verdadeiramente eficiente e eficaz, contribuíram para o desenvolvimento de uma cultura urbanística fomentando o início do debate da questão da urbanização; já os segundos, como aqueles que dadas suas características multidisciplinares e a conseqüente complexidade pretenderam incorporar aos aspectos físicos, que demandaram as obras de melhoramentos, os aspectos socioeconômicos, integrando a cidade à dinâmica regional, esta entendida como determinações de proximidades e de ordem meramente funcionais.

Era o plano que tudo abarcava e a tudo indicava soluções, desenhando a distribuição espacial por meio de manchas sempre bem genéricas, as quais se acreditava representavam o desenho do “equilíbrio das funções urbanas” e que não foram de modo algum implementados, em parte por sua própria complexidade megalômana em que cada “problema urbano” se encontrava necessária e irremediavelmente encadeado com outro, criando impedimentos de natureza financeira, e em parte por sua inadequação como instrumento de gestão no qual os responsáveis por sua aplicação não haviam participado de seu processo de elaboração, o que causava tanto dificuldades para seu entendimento quanto para sua utilização estratégica por aqueles que deveriam usá-lo; e finalmente os últimos, como aqueles que abandonam o rebuscamento técnico e a sofisticação intelectual em favor de um plano mais singelo e que apresentam “apenas objetivos, políticas e diretrizes” associados à idéia de posterior detalhamento que nunca ocorre. Sendo possível inferir que o problema básico quanto à sua ineficiência e ineficácia é muito mais a ausência do detalhamento, claramente indicado em seu corpo, do que naquilo que se propõem a fazer, e a falta do tal detalhamento torna-o impossível, derrubando por terra o plano.

Por fim, “... *O plano diretor inovador dos anos de 1990* elegeu como objeto fundamental o espaço urbano de sua produção, reprodução e consumo. Para tanto, seus instrumentos fundamentais, limitados aos da alçada municipal, são

*basicamente, os de natureza urbanística, tributária e jurídica. A terra urbana, a terra equipada, eis o grande objeto do plano diretor. Essa posição ‘urbanística’ nada tem de determinismo físico. Trata-se de adequar o plano diretor aos limites do poder municipal e não tratá-lo como compêndio de análise científica do urbano, da urbanização contemporânea ou do desenvolvimento social, cultural, tecnológico e econômico, local ou regional. A superestimação dos poderes de um plano ainda é um dos mecanismos mais utilizados pela ideologia dominante para desmoralizar o planejamento urbano” e, complementando essa linha de abordagem, “... O destino do planejamento no Brasil atual, o perfil, a credibilidade e o conteúdo dos planos diretores estão assim ligados aos avanços de consciência de classe, da organização do poder político das classes operárias.” (VILLAÇA, 1999, p. 238, 240)*

Apesar dos significativos avanços que essa postura parece representar, permanece a crença de que um plano pode, seja qual for o caráter, resolver de imediato e por completo as questões urbanas. E ao afirmar que os planos não foram eficazes porque não redistribuíram o solo, bastando redistribuir as vantagens urbanas representadas pelas melhores localizações relativas, promovendo o acesso equânime às condições de infra-estrutura e superestrutura, fazendo uso novamente dos índices e taxas universais econômica e cientificamente corretos, como instrumentos privilegiados de controle da urbanização para que tenhamos os “problemas urbanos” solucionados, não toca novamente na questão fundamental, que é o desenho da urbanização, sempre deixado a outrem.

O fato de cada um deles ter adotado como pressuposto a crença de possuir a magia de resolver sozinho todos os problemas urbanos foi preponderante para o “fracasso” de todos eles, e pode mesmo ser considerado como um “defeito de origem”. Isso porque o equívoco em que incorrem está em sua própria concepção, isto é, são elaborados com um propósito específico, o da solução dos problemas urbanos, mas é também um propósito que deixa de ser específico, tornando-se muito geral e genérico porque incide em todos os aspectos para além da configuração da urbanização, fazendo com que as proposições se tornem também muito gerais e difusas apesar da aparência em possuir definição clara – desenhos com contornos bem definidos – são manchas genéricas que paradoxalmente definem sem definir, pois carecem de uma aproximação mais específica e detalhada, da qual esses planos não dão conta e sequer indicam sejam necessárias.

Outro ponto que está relegado a um plano inferior e de menor importância para a definição dos objetivos diz respeito aos aspectos paisagísticos. No geral esses aspectos não comparecem e não são considerados, em suas especificidades, como possibilidades de contribuir para pensar alternativas ao desenho da urbanização, ainda que, como é sabido, o resultado concreto de toda e qualquer ocupação urbana tenha uma forma.

Se o que está estabelecido como prioridade é a solução dos problemas urbanos, e se estes se manifestam em sua índole concreta por meio da edificação de objetos no espaço e no tempo, os quais respondem em sua aparência preponderantemente a um modo de apropriar-se do solo para o uso e ocupação, podemos dizer, então, que os tais dos problemas urbanos são manifestamente, em sua particularidade de configuração, problemas de paisagem em todas as escalas, além de todos os outros desígnios, seja da “arte” em alguns casos, seja dos desejos específicos de cada proprietário em outros, seja das técnicas dominantes. Portanto, pensar a urbanização é necessariamente pensar, quer queira quer não, em uma forma urbana desejada, a qual chamamos genericamente de paisagem, a despeito de todos os outros temas que compõem os “problemas urbanos” e as “soluções imaginadas”.

Daí cabe pensar que para elaborar os estudos, análises, proposições, projetos e o que mais for denominado “plano” seja fundamental a paisagem. Isso coloca, assim, que o viés pelo e para o qual se deve trabalhar com os planos é o dos aspectos de paisagem, visto que esta se constitui em resultado/produto e no meio/vetor pelo qual se percebe e reconstrói-se a complexa relação dos processos entre as ações do homem e o meio físico. O plano deve, dessa forma, incorporar de fato e verdadeiramente essa discussão, transformando-a em tema central o qual vai nortear sua elaboração, porque ao assim proceder, dadas as peculiaridades do trabalho com as análises de paisagem que requerem outras e múltiplas escalas, e até porque os objetos e princípios envolvidos também são de outra natureza, estar-se-á trabalhando com um plano que não se propõe ser mágico redentor ou “a solução”, mas para a qual se coloca a tarefa de auxiliar na indicação de parâmetros para a configuração da ocupação e uso do espaço em que a configuração da urbanização seja o produto e meio de uma paisagem desejada e desejável, por meio de alternativas elaboradas levando em conta a dinâmica constante dos processos.

Esse é o modo, como pensamos, deve ser discutida a questão dos planos. Não cabe mais pensar nas proposições somente globalizantes, genéricas e megalômanas, assim como não cabem mais as proposições somente particularizadas e de eficiência redistributiva e funcional, ambas sem levar em consideração a incorporação dos aspectos de paisagem.

### UM PLANO DEVE CONTER O MAIOR GRAU DE APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE FÍSICA E SOCIAL, EVITANDO O DISCURSO FÁCIL DA ABSTRAÇÃO

A realidade física e social é um fato ou um conceito?

É tanto mais um conceito quanto mais se afasta do mundo concreto e da esfera do real e, por conseqüência, aproxima-se da ideologia na qual as

mediações são utilizadas para justificar e ratificar intenções nem sempre confessadas. É tanto mais um fato quanto mais se afasta da ideologia, aproximando-se do mundo dos acontecimentos concretos e da esfera do real, em que as mediações são utilizadas para entender, apreender e construir a realidade.

O campo privilegiado do qual a ideologia faz uso para atingir seus fins e para que possa realizar-se enquanto domínio das idéias sobre determinado objeto é a abstração, *“ato de separar mentalmente um ou mais elementos de uma totalidade complexa (coisa, representação, fato), os quais só mentalmente podem subsistir fora dessa totalidade”* (DICIONÁRIO Aurélio, 1999). É o discurso ideológico que parte de uma abstração do objeto/realidade, e que torna possível o exercício da dominação.

Esse domínio para ser exercido precisa do aporte da abstração para fundamentar os modos preferencias de organizar-se tanto as atividades quanto como elas estarão representadas e distribuídas no espaço e no tempo, transformando em ideologia as maneiras selecionadas como as mais adequadas para construir e representar esse objeto, justificando e reforçando o modo de organização que propõe seja compreendido como o melhor, mais adequado e o mais acertado. Isso tanto do ponto de vista da organização social quanto da organização físico-territorial desse objeto, *“Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam.”* (CHAUI, 1995, p. 87).

O que se quer dizer é que o uso que se faz dos recursos materiais que estão disponíveis em um determinado tempo e em uma determinada quantidade, a maneira como eles são apropriados e a configuração resultante, são decorrência de uma abstração que a ideologia lança mão para justificar a maneira pela qual em um dado espaço/tempo a sociedade escolheu como a mais apropriada, se não a mais acertada. *“Ou seja, a maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma (sua idéia a respeito de si mesma), representa sua relação com a natureza, com os demais homens, com a sobrenatureza (deuses), com o Estado, etc., tornar-se-á a maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar.”* (CHAUI, 1995, p. 92) – grifos da autora.

Reforça-se e justifica-se, desse modo, a adoção de padrões de uso e ocupação dos espaços que conservam procedimentos, muitas vezes, discutíveis quanto à apropriação dos recursos; quanto aos desenhos resultantes; quanto à acessibilidade, e principalmente quanto à paisagem.

É bom lembrar que os problemas de organização da distribuição espacial da apropriação dos recursos no meio urbano são manifestamente, em sua particularidade, de configuração, problemas de paisagem. Desse modo, então, a paisagem deixa de ser uma abstração a serviço das ideologias para passar a fazer parte das categorias cuja análise pode auxiliar no estudo e na compreensão dos

modos de apropriação do espaço e também contribuir com a indicação de alternativas de modos de apropriação mais abrangentes e inventivos.

## A REALIDADE FÍSICA E OS DESENHOS

Na esfera dos fatos a realidade física e social é percebida como *“Tudo que é objeto de experiência possível, i. e., que se pode manifestar no tempo e no espaço segundo as leis do entendimento.”* (AURÉLIO, 1999). No âmbito da arquitetura e do urbanismo, os objetos da experiência possível, que se manifestam no tempo e no espaço são os objetos das ações antrópicas sobre o solo – o espaço construído. Criam feições, aparências que mostram os modos como determinado contexto social, em determinado período, estabelece suas relações com as “coisas do natural”. São elas as peculiaridades de conformação dos solos em seus aspectos de forma e composição as quais, usualmente, determinam as possibilidades de uso e ocupação segundo padrões conhecidos e que se acredita têm a propriedade de serem controláveis e controlados. Têm características concretas, perceptíveis a olhos vistos, tais como o relevo, as declividades, a variedade da cobertura vegetal, a presença das águas, e até aquelas referentes ao microclima.

Cada um desses elementos tem uma dinâmica própria e relacionam-se uns com os outros, fazendo com que apresentem conformação com aspecto natural e considerando que o homem já tocou em quase todas as partes do globo que são habitáveis, modificando em vários gradientes sua conformação “original”, a aparência que se percebe traz também consigo impressas as marcas das modificações que lhes foram impostas e que podem mostrar as dinâmicas sociais pelas quais passou no tempo e no espaço.

Muitas vezes essas marcas, ao mostrar um padrão de ocupação em que algumas situações como encostas, topos de morros e até mesmo vales profundos não foram ocupados muito intensamente, representam as dificuldades de apropriar-se do espaço em função das características de morfologia do relevo, tais como declividades acentuadas, altitudes marcantes, depressões constrangedoras, aliadas ao estágio de domínio técnico e as limitações para “vencer” tais “barreiras” ou “impedimentos”. Em alguns casos o fato de haver áreas menos “complicadas”, ainda disponíveis para uso e ocupação, contribui para que muitas áreas permaneçam sem uso e ocupação conservando sua aparência natural. Trata-se, claramente, de uma questão de acessibilidade, no sentido que as características próprias dessas áreas podem dificultar muito e até tornar impraticável sua apropriação; isso, considerando a adoção de parâmetros de uso e ocupação que, dadas suas peculiaridades de terem sido pensados de modo generalizante e para situações ideais, impedem que sejam aplicados a qualquer tipo de situação morfologia de relevo, ainda que tenham sido pensados como paradigmas universais.

Assim, em uma inversão ao que lhe é uma característica própria e muito peculiar que é um atributo, uma qualidade a ser considerada quando da necessidade de sua utilização demandando estudar padrões, morfologias e usos, indicando um conjunto de alternativas mais do que um modo preferencial e único, transforma-se em barreira, atributo a ser negativo, por um lado, profundamente transformado para atender aos padrões usuais, fazendo com isso que se percam possibilidades de uso e aproveitamento mais rico e diversos de todas as potencialidades que lhe são inerentes, e por outro lado, tornando-se áreas de menor interesse para o uso, configurando-se, quando muito, em “áreas de preservação”, não se sabendo muito bem do que e para quem.

Está desse modo esboçada a possibilidade de utilização da ideologia como realidade física e social justificando, explicando e ratificando abstrações que desvirtuam e invertem a compreensão dessa realidade física e social, fazendo com que se tome como verdade física do espaço uma interpretação necessariamente tendenciosa, porque atende a uma pseudo-segurança científica a qual nada mais é do que a continuidade de um modelo que interpreta como atributo do espaço não aquilo que ele possa ter em potencial a ser descoberto e dinamizado, mas sim somente as condições “naturais” que o espaço oferece e que impedem e dificultam a implantação, segundo critérios prévios tidos como os mais adequados, com os menores custos e com o maior aproveitamento aparente sempre em consonância com padrões preexistentes e universais.

Não há compreensão da realidade física e social, pode haver no máximo o uso de algumas de suas características, para, de um lado, demonstrar cuidados científicos com a morfologia de relevo, às vezes até com o uso da expressão ambiental, e, de outro lado, para justificar os usos e ocupações *a priori* preferenciais, portanto, discurso fácil da abstração e ideologia.

Romper com essas posturas, requer que seja repensado o uso que se quer fazer do estudo, análise do suporte físico e da dinâmica social. Fazer uso dessas peculiaridades é mais do que tê-las como fatores de descrição de um cenário – pano de fundo – sobre o qual as atividades deverão se processar atendendo aos padrões previamente escolhidos como os mais adequados e desejáveis, a despeito das peculiaridades e potencialidades que esses fatores podem apresentar.

Análises geomorfológicas, geralmente compostas pelos temas de hipsometria, isodeclividades, geotecnia, cobertura vegetal e em muitos casos da hidrografia, são muito comuns e usuais, sempre utilizadas para a descrição de uma determinada porção do território em que são mostradas as diferentes tipologias identificadas, sua composição, sua distribuição e localização, sua ocupação e uso. Nessas análises é comum percebermos que o entendimento que se tem com relação aos atributos necessários para a ocupação e uso referem-se a solos que podem ser ocupados e usados muito intensamente com vistas a seu máximo aproveitamento econômico, procurando, por esse viés, situações que reúnem características que imprimem valor de uso e valor de troca, tais como a boa declividade com inclinações médias

em torno de no máximo 30%, situações que permitem o padrão parcelário já amplamente conhecido e utilizado em quadra regular com lote padrão, uma cobertura vegetal que não restrinja a ocupação como as capoeiras e campos antrópicos, solos resistentes e que suportem bem as construções e de preferência, onde a água não se faça presente de modo a impedir a ocupação, seja pelas restrições próprias dos terrenos alagadiços, seja pela legislação existente.

É de notar que o resultado e utilização dessas análises se referem a um entendimento da morfologia de relevo em que são tomados como impedimentos e limitações suas características próprias, fazendo com que um conjunto muito reduzido dessas características se apresente inversamente como potencialidade. Isso porque antes mesmo de proceder ao seu estudo e análise, independentemente do resultado que se possa obter, os padrões de usos e ocupação desejados já estão previamente selecionados.

O entendimento do espaço em profundidade no intuito de conhecer suas características e peculiaridades, para de fato ampliar as alternativas de uso e ocupação, requer que os estudos e análises sejam feitos, de um lado, despidos de preconceitos com relação às suas próprias características. O que quer dizer, entender cada um dos temas em correlação com o outro, mas acima de tudo como um atributo a ser apropriado, seja de modo físico concreto, como já ocorre, por exemplo, com os mananciais – as águas; com as áreas de solo firme e com baixa declividade; com algumas áreas vegetadas que se transformam em áreas de lazer e de interesse paisagístico pelas visuais interessantes, etc., seja em uma apropriação e uso não necessariamente físicos, como no caso de áreas de especial interesse social por suas características de sítios de rara configuração e fisionomia; as áreas de recarga de aquíferos; e os sítios em que se encontram espécimes raros e em vias de extinção, cuja utilização e manutenção tem interesse tanto para o meio como para o homem. E, de outro lado, a *incorporação de fato dessas peculiaridades* como configurações próprias dos lugares.

O que se quer dizer é que as configurações próprias da geomorfologia são atributos de paisagem, são configurações desejadas e desejáveis.

## A REALIDADE SOCIAL E OS DESENHOS

As análises do social, geralmente, dizem respeito aos modos de organização sociais e como a sociedade organiza sua produção e consumo em um determinado espaço e em um determinado tempo, e como essas especificidades de organização da produção e do consumo interferem ou mesmo determinam outras formas de sua organização e manifestação concreta no tempo e no espaço.

No mundo capitalista, à maneira de organização da produção, que se convencionou denominar de urbano-industrial, veio transformar significativamente tanto as relações sociais como as relações espaciais.

O mundo rural no Brasil, desde os primórdios da colonização, tinha como pressuposto a divisão do território em grandes glebas, as capitânicas hereditárias e a partir destas em sesmarias, cujo objetivo expresso era o de tentar, por meio de concessões, estabelecer o povoamento que assegurasse o relativo domínio sobre as novas terras. Concessões essas condicionadas à utilização da terra para o plantio e exploração agrícola, ou seja, um projeto de povoamento claramente fundado em bases de produção rural. Isso influenciou por muito tempo, desde a organização do território e sua conseqüente configuração, até as relações sociais, dado o acesso a uma sesmaria que dependia, claramente, de o pretendente ser filho d'algo, nobre, ou possuidor de "bons" relacionamentos junto à coroa para se fazer merecedor da concessão, e também pelas peculiaridades de distribuição espacial das glebas que tinham como uso predominante a exploração agrícola, quando muito.

As grandes extensões, o baixo índice de aproveitamento, as técnicas muito rudimentares, quando as haviam, e o reduzido número de construções correspondente e de população, mais o regime de trabalho escravista, faziam com que o regime de relações sociais por contato e trocas, além de muito esporádico, fosse bastante estratificado, ficando por muito tempo a rede de relações e práticas sociais muito dependente da metrópole, tanto no tocante aos hábitos e costumes como no tocante à sua representação físico-espacial. A regulação era a advinda das Ordenações do Reino, correspondia ao transplante para as novas terras dos modos de distribuir e demarcar as terras, as obrigações a que estavam submetidos os sesmeiros, e as penalidades a que estariam sujeitas, caso não cumprissem o prescrito. Entretanto, ainda que de modo muito frágil, sem força de "desenho" muito explícito, forjaram uma configuração básica da distribuição do solo como contribuíram com a conformação do tecido social para cá imaginado.

De outro lado, os pequenos núcleos, os povoados e sedes de cidades também sujeitos às Ordenações que incorporavam as "orientações eclesiásticas", tiveram seu desenho básico determinado por relações espaciais muito peculiares e claramente dependentes da definição do espaço reservado à *"Capela, depois como Paróquia ou Freguesia: não apenas quanto a disposição de seus edifícios como, e antes de mais nada, quanto ao sistema fundiário e ao parcelamento correspondente."* (MARX, 1999, p. 50). A igreja, consolidando uma centralidade, que se definia pela distribuição e localização daqueles edifícios que dariam suporte legal e gerencial ao novo espaço urbano da sede municipal que ia se consolidando, a igreja, a casa de câmara e a cadeia.

Modalidade de concessão complementar utilizada para possibilitar o povoamento, a ocupação, o uso e conseqüentemente tomar formas, as datas de terra e o rossio, são mecanismos físico-territoriais e de cunho legal pelos quais foi possível viabilizar uma certa flexibilização nas concessões, exatamente nas quais essa flexibilização se fazia necessária e desejável: o espaço citadino, então, nascente e seu entorno, as áreas de expansão. Esse cenário muda radicalmente,



ainda que lentamente, com a instituição do sistema de venda e compra por meio da Lei de Terras e com o posterior detalhamento pelo Decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854, como nos mostra Murillo Marx: “... *A possibilidade de lotear atingiu o campo e sertões inóspitos, contribuindo para permitir o acesso à terra de outro tipo de gente, para uma maior diversificação e comercialização de produtos agrícolas e, mesmo, para a ocupação de amplas regiões novas...*” (MARX, 1999, p. 70) em que demonstra tanto a amplitude espacial da nova modalidade de transmissão da terra como a extensão que viria a adquirir a diversidade de tipos de proprietários que a ele viriam a ter acesso, agora no novo sistema, ampliando-se, com o tempo, a particularização da terra no meio urbano nascente com a desincorporação dos bens sob domínio do município e a desamortização dos bens sob domínio eclesiástico, e, mais adiante, completa, “... *É outro desenho urbano, advindo de outra maneira de se apropriar da terra, que vai se exibindo. Já pelo porte e forma dos novos lotes oferecidos, já pela justaposição e convívio com novas ruas e praças. Há uma outra ordem óbvia, talvez mais simplista e monotonamente repetitiva, para uma paisagem urbana que parece, e foi, feita de chofre.*” (MARX, 1999, p. 71).

Esses fatores, ainda que não tenham ocorrido simultaneamente, a instituição da venda e compra, possibilitando uma nova modalidade parcelária – o lote –, de um lado, o desenvolvimento de uma nova maneira de organização da produção e do trabalho, a sociedade urbano-industrial, fazendo surgir um sem-número de novas atividades e maneiras de relações socioespaciais, de outro lado, vão constituindo, transformando e consolidando um tipo de vida urbano que se realiza em um novo tipo de espaço urbano. As atividades vão se organizando segundo critérios de acessibilidade, da liberdade de aquisição da terra, das demandas por negócios e serviços, da necessidade de moradia, dos interesses em apropriar-se dos valores e lucros decorrentes dos “negócios imobiliários”.

Essas “atividades” todas, ao se distribuir e localizar-se no tempo e no espaço, vão construindo os desenhos da realidade física e social, mais social, menos física em um primeiro instante. Essa imbricação das relações, ao compor o espaço, cria feições que, no mais das vezes, independem das vontades reguladoras e fiscalizadoras, quando as há. Conforme Marx:... “*A cidade se calca em normas que regulamentam as condutas, as atividades, as relações que conformam a moldura em que se dá o convívio de todos. Normas que são cumpridas ou burladas, provavelmente mais burladas que cumpridas, mas que, por isso mesmo, exprimem interesses distintos, por vezes conflitantes de seus moradores. Criação coletiva, o espaço urbano se faz segundo tais regras, apesar delas ou contra elas...*” (MARX, 1999, p. 42), em que se demonstra que, apesar da ideologia expressa nos instrumentos normativos, existe de fato uma cidade que se manifesta de maneira real e palpável, na qual talvez seja possível identificar uma realidade física e social, que não seja mera abstração, em que talvez seja possível também identificar configurações que expressem não somente os desejos,

mas sobretudo os modos concretos pelos quais se tornou possível, seja pela acessibilidade, seja pela exclusão, a apropriação do espaço conformando desenhos e paisagens.

## A PAISAGEM COMO IDÉIA – FORÇA CENTRAL NO PLANEJAMENTO

Feições; aparências; configurações; desenhos; conformações, todas as expressões que poderiam ser com muita tranqüilidade substituídas por paisagens. Elas significam imagem que podemos ver e perceber em um lance de olhos, querem exprimir que os objetos têm uma forma que pode ser percebida e que esta forma é construída segundo princípios socioculturais e técnicos, às quais podem ser atribuídos valores.

## OBJETO E FORMA

Desde o início deste trabalho vimos tentando tornar o mais claro possível que estamos utilizando a expressão “objeto” para significar o urbano e a urbanização, isto é, o conjunto de coisas construídas e arranjadas sobre o território, de modo a constituir um todo, fragmentado ou não, que possui uma certa organização que lhe é própria e peculiar. Organização esta necessária para a realização de um modo de vida que a espécie humana, bem ou mal, entendeu ao longo de seus tempos como o mais apropriado para sua sobrevivência e realização. Esse conjunto de coisas construídas e arranjadas, dadas as peculiaridades que lhe são muito próprias, e apesar da enorme diversidade que apresentam em relação a cada grupo de habitantes ou região específicos, parece possuir características que são sempre comuns a qualquer um desses arranjos. Alguns desses aspectos parecem sempre se repetir ou mostram-se muito similares e comuns a todos os arranjos.

Pode-se dizer, com pouca chance de erro, que a reprodutibilidade, a proximidade formando aglomerado, a especialização e diversificação de atividades bem como a apropriação da terra como valor de uso e de troca, são daqueles aspectos que lhe são comuns, os que mais enfaticamente sempre se repetem, fazendo com que o urbano e a urbanização sejam dotados de características intrínsecas próprias e guardem similaridades, do mesmo modo como acontece com os objetos; daí por vezes utilizar-se a expressão objeto urbano, sem maiores pretensões.

Os arranjos e as maneiras como os objetos urbanos se distribuem no tempo e no espaço, ou seja, como cada construção se articula com seu espaço envoltório e com cada um desses pequenos conjuntos – construção e espaço envoltório –

articula-se com os outros, apresentam-se a nós por intermédio de figuras, contorno externo dos objetos, que encerram formas. Essas formas são resultado da maneira pela qual cada objeto é construído e da maneira pela qual cada objeto ao ser construído apropriou-se dos solos, de que tipo e para qual finalidade foi construído, além de como cada organização social entendeu que deveria se constituir a distribuição e localização de sua organização espacial. As formas resultantes desses arranjos configuram os desenhos que, ao ser perceptíveis, passíveis de serem vistos, adquirem feições a que denominamos de fisionomias da urbanização. A paisagem como a fisionomia da urbanização, ao ser sua dimensão perceptível, pode tanto revelar quanto velar as maneiras pelas quais se construiu e constrói-se a urbanização.

## OS VALORES E A PERCEPÇÃO

Já vimos que a forma da paisagem é construída segundo princípios socioculturais e técnicos aos quais podem ser atribuídos valores. Isso quer dizer que os princípios são expressão dos valores que foram atribuídos a esse ou aquele arranjo, a esse ou aquele objeto ou conjunto de objetos em um determinado tempo e em um determinado espaço. Esses valores dizem respeito às coisas para as quais se atribui importância, as quais são imprescindíveis e necessárias àquilo que representa querença do homem.

Simplificando, para o senso comum, geralmente, estão associados a uma noção de belo entendido como limpo, organizado; de verde, geralmente confundido com natureza e natural; de agradável entendido como confortável tanto no sentido de conforto físico quanto climático – entenda-se intemperismo, chuva, vento, sol e poeira – no qual o que importa é que os “lugares” proporcionem sensação de segurança, de bem-estar e de pertencimento, possuindo uma aparência que revele esses valores, seja de que maneira tenham sido construídos no imaginário.

“Revele” está aqui muito bem empregado, uma vez que *re-vele* significa velar de novo, tornar novamente velado por uma nova ou outra veladura no sentido de véu, daquele que encobre, esconde e dissimula. Torna-se, assim, compreensível que certos valores sejam preponderantes em relação a outros e que a paisagem possa revelar aspectos que se encontram velados, em um movimento de recobrimento por dissimulação, tornando-se instrumento de ideologia, fazendo passar por querença atributos de “higiene” como salubridade, da “organização” como ordem plácida, e de “arranjos de verdes e águas” como natureza e natural.

Esses processos de encobrimento impedem a percepção da paisagem segundo suas características constituintes, e também a percepção de valores outros que não aqueles necessariamente já instituídos e consagrados. Perceber

quer dizer desvelar, retirar o véu que encobre, esconde e dissimula, permitindo conhecer e considerar como parte constituinte dos elementos que constroem a paisagem e ambiente, tanto os elementos da geomorfologia quanto as construções, e poder entender que estes se combinam e recambiam-se, segundo padrões preexistentes formando desenhos. A percepção da paisagem como processo de desvelamento requer procurar identificar os padrões existentes de como as construções se apropriaram dos solos, configurando os desenhos, e a que modos preferenciais de apropriação correspondem. Ou seja, a forma que os espaços adquiriram quando de sua apropriação pela ocupação e uso, formando, desse modo, uma imagem/desenho que corresponda à fisionomia da urbanização, lendo na paisagem os processos de sua construção, desvelando tanto as maneiras preferenciais de apropriação física e de construção, dos lugares, quanto a ideologia que lhe é correspondente.

## SUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Parece-nos agora devamos acrescentar, ainda que de modo muito preliminar, uma outra dimensão, a noção de meio ambiente. Geralmente associado a uma idéia de natureza e de natural, e mais do que tudo calcada em uma idéia de natureza boa, e portanto acolhedora e confortável, na qual as coisas se encontram em equilíbrio, devendo ser mantidas resguardadas e apartadas do mundo da civilização necessariamente mau e destruidor, o meio ambiente finda por aparecer a nós ora como um Shangri-lá inatingível, ora como o Éden não mais merecido, ora como o reino da floresta, conforme nas histórias infantis, em que moram os bichos e as árvores, no qual é perigoso, mas encantado. Essas noções de meio ambiente como uma esfera encantada, idílica e romântica de um lado, e, de outro lado, como um *locus* separado em que impera o equilíbrio e a qualidade, diferente do nosso, no qual habitamos, e necessariamente impera a poluição de toda ordem e, conseqüentemente, ocorre o desequilíbrio desconfortável e torpe, tem sido responsável em grande parte pelos equívocos em relação ao entendimento do que possa, verdadeiramente, ser percebido como meio ambiente, fazendo com que somente as coisas do natural ou melhor, com aparência natural, sejam tomadas como pertencentes a essa esfera, portanto, a esse meio ambiente, mais do que tudo de uma natureza/meio ambiente ascéticos, limpos, seguros e bons. Desse modo, ao separar o meio ambiente como a natureza idealmente boa, de um lado, e o urbano idealmente mau, de outro lado, essas noções reforçam rupturas que indicam como impossível a imbricação entre a antropização e o suporte, e mais do que isso, que a urbanização é, de *per si*, sempre e irremediavelmente o algoz do suporte e da qualidade de vida. Essas noções, além de muito reducionistas e ingênuas, são úteis para reforçar e

justificar tomadas de decisão com relação aos desenhos que nada trazem de contribuição, além de uma certa preocupação muito localizada, e portanto, no mais das vezes de reduzido alcance com relação às áreas verdes, nunca discutindo o que interessa de fato, os padrões dos desenhos da urbanização; o modo como se optou por desenhar a urbanização; e os modos como esses desenhos se apropriam do suporte.

Uma maneira pela qual nos parece possível iniciar a superação dos problemas que essas noções acabaram por criar e reforçar, talvez seja retomando o conceito de biosfera: *“O termo ‘biosfera’ foi criado por Teilhard de Chardim. É um termo novo, exigido por nossa chegada a um estágio mais avançado no progresso de nosso conhecimento científico e poder material. A biosfera é uma película de terra firme, água e ar que envolve o globo (ou globo virtual) de nosso planeta Terra. É o único habitat atual – e, tanto quanto podemos prever hoje, é também o único habitat jamais viável de todas as espécies de seres vivos que conhecemos, a humanidade inclusive... A característica mais significativa da biosfera é seu tamanho relativamente pequeno e a exigüidade dos recursos que oferece. Em termos terrestres a biosfera é fantasticamente delgada. Seu limite superior pode ser comparado à altitude máxima na estratosfera, em que um avião pode permanecer no ar; seu limite inferior é a profundidade, abaixo da superfície de sua porção sólida, até onde os engenheiros podem perfurar e abrir minas. A espessura da biosfera, entre esses dois limites é mínima, como uma película delicada, se comparada ao comprimento do raio do globo por ela coberto... Os constituintes da biosfera são interdependentes e o homem é exatamente tão dependente de sua relação com o resto da biosfera quanto qualquer dos outros atuais constituintes da mesma.”* (TOYNBEE, 1987, p. 22, 24). A noção de hábitat e da necessária inclusão da espécie humana, reintegrando-a ao meio/hábitat presentes nesse conceito, é, sem dúvida, um avanço. Podemos complementar a superação iniciada com o conceito de biosfera, adicionando o conceito de paisagem como produto e meio das relações entre o suporte ecológico e as intervenções antrópicas em um movimento contínuo e retroalimentador como vimos fazendo, e aprofundando o de meio ambiente como ... *“o conjunto de meios naturais (milieux naturels) ou artificializados da ecosfera onde o homem se instalou e que ele explora, que ele administra, bem como o conjunto dos meios não submetidos à ação antrópica e que são considerados necessários à sua sobrevivência. Esses meios são caracterizados: – por sua geometria, seus componentes físicos, químicos, biológicos e humanos e pela distribuição espacial desses componentes; – pelos processos de transformação, de ação ou de interação envolvendo esses componentes e condicionando sua mudança no espaço e no tempo; – por suas múltiplas dependências com relação às ações humanas; – por sua importância tendo em vista o desenvolvimento das sociedades humanas”*... (JOLLIVET ET PAVÉ, 1997, p. 70). Cabe esclarecer que paisagem e

ambiente são tomados aqui como referentes a uma única e mesma esfera de categorias e de problemas, e, em certa medida, privilegiando a noção de paisagem como a instância integradora entre essas. Entendemos dessa forma que a noção de paisagem contribui para que se “*opere uma junção entre a gestão de recursos naturais, a qualidade do hábitat e os problemas de saúde*” (JOLLIVET ET PAVÉ, 1997, p. 70), e acrescentamos aí os problemas de organização do espaço, e mais enfaticamente da distribuição e localização espacial da urbanização e seus desenhos correspondentes como desenhos do ambiente.

Isso só será possível ao se entender também as interações escalares desde o mais geral até o mais particular como oportunidades de definição mais vantajosa de desenhos da e na urbanização, na qual a paisagem tem papel de auxiliar a indicar as características especiais que cada escala deve conter. A paisagem permite pensar em interconexões como meio de fazer-se ligações e estabelecer relações físicas, funcionais e de morfologias, permitindo mostrar vantagens ambientais e econômicas no espaço e no projeto, desde que se entende que não se trata de buscar incessantemente um Éden intangível, mas uma cidade real, possível, diversa, competitiva, mas justa e bela.

Para funcionar plenamente, a cidade necessita da conectividade, uma cidade fragmentária ou fragmentada é cara, de difícil manutenção e geralmente apresenta rupturas em seus processos.

É da natureza da cidade, como também o é da própria “natureza” a conectividade como meio de garantir a manutenção dos processos que as mantêm como tais. Diferem, é certo, quanto aos processos, diferem quanto aos agentes, diferem em suas dinâmicas e em suas capacidades de absorver ou não os diversos níveis de impactos. Mas creio sejam similares, cidade e natureza, naquilo que as fazem serem como são, ou seja, necessitam de interconexões, organizam-se formando mosaicos, em que se pode identificar matrizes, porções (*patches*), fronteiras (*boundaries*) e corredores ou *continuuns* (GORDON & FORMMAN, 1996). Nesse sentido, é possível fazer uso complementar das especiais características do meio para promover de modo articulado e integrado os modos de apropriação e uso dos espaços, nos quais os aspectos de paisagem sejam menos óbices, menos produtos e mais meio de obtenção de um desenho de uma organização socioespacial mais plena.

Assim é que se torna possível, então, considerar a paisagem como idéia-força central, elemento norteador e integrador, pelo qual é possível imprimir fisionomia à urbanização em diversos níveis e configurações. Urbanização que pode ser mais ou menos aglomerada, mais ou menos adensada, com maior ou menor presença dos elementos com aparência natural, mais ou menos processada, mas que expressa os desenhos desejados e desejáveis do ambiente e no qual a paisagem é meio pelo qual se identifica e promove as transformações necessárias.

## BIBLIOGRAFIA

- BIRKHOLZ, Lauro Bastos. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. CEPU USP – Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas*. São José dos Campos: P. M. S. J. C., 1958, 3 Vol.
- CAMPOS F<sup>o</sup>, Cândido M. *Cidades brasileiras: Seu controle ou o caos*. São Paulo: Nobel, 1992. 143 p.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, 125 p. Coleção Primeiros Passos.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. 350 p.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 484 p.
- DÉAK, Csaba; SHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/FUPAM, 1999. 339 p.
- FORMAM, Richard T. T.; DRAMSTAD, W. E.; OLSON, J. D. *Landscape ecology principles in land-use planning*. Harvard University Graduate School of Design. USA: Island Press, 1996. 200 p.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. 550 p.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.
- HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. Introdução de Dacio A. B. Ottoni. São Paulo: Hucitec, 1996. 211 p.
- JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. Tradução Paulo Anthero S. Barbosa. São Paulo: Becca Produções Culturais, 2001. 190 p.
- JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: Questões e perspectivas para pesquisa. In: VIEIRA, Paulo F.; WEBER, Jacques (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento, novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 1997. 495 p.
- KLIASS, Rosa Grena. *Caracterização do conhecimento do Vale do Paraíba*. São José dos Campos: CODIVAP – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, 1971, 328 p.
- KURKDJIAN, M. L. N. O. *Projeto MAVALE. Macrozoneamento da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo*. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 1992, 190 p.
- LEME, Maria Cristina S. (Coord.) *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Nobel/FUPAM, 1999. 599 p.
- LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1969. 367 p.
- LIMA, Ruy C. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmaria e terras devolutas*. Porto Alegre: Sulina, 1954. 110 p.
- MACEDO, Silvio S. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999, 144 p.
- MAGNOLI, Miranda. M. E. M. *Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1983. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A Universidade, a pesquisa em ambiente e paisagem e o ensino nas escolas de arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1987.
- MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia F. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. São Paulo: Editora Ática, 1995. 94 p.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993, 270 p.
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980. 94 p.
- \_\_\_\_\_. *Nosso chão: Do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989. 217 p.
- \_\_\_\_\_. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991. 143 p.
- \_\_\_\_\_. *Cidade no Brasil: Em que termos?* São Paulo: Nobel, 1999. 143 p.
- MCHARG, Ian. *Proyectar con la naturaleza*. Tradução de Purificación Fernández Nistal, Mar San Miguel Blanco, Alfonso Centeno González e Raquel Fernández Fuertes. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli SA, 2000, 197 p.
- PELLEGRINO, Paulo. *Pode-se planejar a paisagem? Paisagem e Ambiente: Ensaios*. São Paulo: FAUUSP, n. 13, 2000, 229 p.

- REDCLIFT, Michael; BENTON, Ted. *Social theory and the global environment. Global Environmental Change programme*. Londres: Routledge, 1994. 267 p.
- REIS F<sup>o</sup>, Nestor G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000. 411 p.
- \_\_\_\_\_. *Evolução urbana do Brasil: 1500 / 1720*. 2. edição revista e ampliada. São Paulo: Pini, 2000. 239 p.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel / Fapesp, 1997. 242 p.
- SANTOS, Emmanuel A. *Indústria e paisagem. A evolução urbano industrial e a transformação da paisagem: O caso de São José dos Campos*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Um Plano da Cidade para a Cidadania*. São José dos Campos: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 1995. 165 p.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001. 471 p.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001. 179 p.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. 409 p.
- SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p.
- SOUZA, Maria Adélia. *Plano Regional do Macro Eixo Paulista*. São Paulo: SEP CAR – Secretaria de Estado de Planejamento Coordenadoria de Ação Regional, 1978. 6 vol.
- SPIRN, Anne W. *The granite garden: Urban nature and human design*. Nova York: Basic Books, 1984. 333 p.
- TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a Mãe-Terra. Uma história narrativa do mundo*. São Paulo: Editora Guanabara, 1987. 772 p.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1998. 373 p.
- VITRÚVIO, Marco. *Da arquitetura*. Introdução de Júlio Roberto Katinsky. São Paulo: Hucitec/FUPAM, 1999. 245 p.
- WILHEIN, Jorge; SERET Arqt. Associados. S. A. (Coord). *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. São Paulo: P. M. S. J. C., 1971, 2 vol.

## PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Paisagem, ambiente, plano diretor, planejamento, incorporação.

*Landscape, environment, master plan, planning, incorporation.*

### Obs.:

O presente artigo é parte da tese de doutorado defendida pelo autor, sob orientação da Profa. Dra. Miranda Maria E. Martinelli Magnoli.

---

### Emmanuel Antonio dos Santos

Arquiteto, doutor pela FAUUSP, professor de paisagismo nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo das universidades: Braz Cubas, em Mogi das Cruzes; UNIP, unidade São José dos Campos; e UNIVAP, Universidade do Vale do Paraíba, em São José dos Campos.